



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

-- ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÀRIA DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. -----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila do Porto, na Sala Polivalente Carlos Filipe Ximenes Belo, da Biblioteca Municipal e Arquivo do Município de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Informação escrita da presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela Assembleia Municipal, na 4ª sessão ordinária de 28/12/2022; -----
2. Atualização e prorrogação de medidas municipais de mitigação dos efeitos provocados pelo Covid-19; -----
3. Proposta de normas regulamentares de emergência – medidas excecionais – apoios a mitigar os efeitos do Covid-19; -----
4. Regulamento de apoio à natalidade e infância – proposta de revogação; -----
5. Proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu início à sessão procedendo-se à chamada, pelo primeiro secretário da mesa, confirmando-se as presenças dos deputados/as municipais, João Manuel Andrade Fontes (PS), Carlos Henrique Lopes Rodrigues(PPD/PSD), José de Andrade Melo (PS), Florbela Maria Pinto Varandas Cunha (PPD/PSD) (em substituição de Aida Maria Melo Amaral (PPD/PSD) que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Rosa Filomena Cabral de Melo (PS), José Manuel da Rosa Rodrigues (PS), Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira (PPD/PSD), Jaime Braga Bairos (PS), Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, (PPD/PSD), Mafalda Bairos Pais, (PS), Helena Maria Correia Teixeira Ferreira, (PPD/PSD), Filipe dos Santos Sousa Teves, (PS), Armando de Melo Soares, (PPD/PSD), José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Manuel Pereira Torres de Medeiros Chaves, (PS), João Filipe Lourenço da Silva, (PPD/PSD), Pedro Miguel Rodrigues Vertentes (em substituição de Carmélia Moura Sousa Melo, (PPD/PSD), que comunicou antecipadamente a sua ausência e cuja falta se encontra devidamente justificada), Flávio José Freitas Resendes (PS), António Isidro Braga Sousa, (PS), António Jorge Cabral Monteiro (PS) e Eduardo Manuel Pereira Cambraia, (PPD/PSD) e de Bárbara Chaves, Domingos Barbosa e Graça Morais, do elenco camarário. -----

--- Confirmando-se a existência de quórum e em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 30º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, presidente da mesa declarou aberta a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, do ano de dois mil e vinte e dois, publicitada por edital de dezasseis de fevereiro do corrente. -----

--- De seguida o presidente da mesa deu as boas-vindas ao deputado municipal Pedro Vertentes, em substituição da deputada municipal Carmélia Melo, como supramencionado. -----

--- Como no período de intervenção do público não se registaram inscrições passou-se de imediato ao período antes da ordem do dia, onde o presidente da mesa colocou à consideração a aprovação da ata da sessão anterior, apesar de ter sido aprovada a minuta da mesma na própria reunião, para produzir efeitos imediatos. Para o efeito foi aberto um período de inscrições para solicitar esclarecimentos ou apresentação de sugestões relativamente ao documento em apreço, mas como não se verificaram quaisquer inscrições a ata foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e uma abstenção. De seguida o presidente da assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e expedida, salientando a receção de um ofício do Presidente do Governo Regional dos Açores, a indicar o seu representante no Conselho de Ilha de Santa Maria; um ofício da Unidade de Saúde de Santa Maria, a comunicar a constituição do seu Conselho Consultivo; um ofício da Junta de Freguesia de Almagreira, a comunicar a ausência da deputada Carmélia Melo e a informar que esta iria ser substituída pelo senhor Pedro Vertentes; um mail da deputada municipal Aida Amaral, a comunicar a sua ausência; minutas das atas das reuniões do executivo camarário e o relatório da atividade municipal, situação financeira e informação dos compromissos plurianuais assumidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Informou ainda os presentes que toda a documentação está disponível para consulta junto à funcionária Anabela Sousa, na Câmara Municipal de Vila do Porto. -----

--- Passando-se ao momento de propostas de recomendação ou resolução de assuntos de interesse para a autarquia, apresentação de moções, emissão de votos de louvor e congratulação, protesto ou pesar, o presidente da assembleia deu conhecimento que tinha chegado à mesa um voto de protesto pelo demasiado atraso no lançamento do segundo concurso para o Porto Espacial de Santa Maria e um voto de protesto sobre a interferência abusiva nos poderes e competências dos órgãos de poder local, por parte da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ambos apresentados pelo grupo municipal do PS e, informou os presentes que os referidos votos iriam ser apresentados, analisados e votados separadamente, pelo que solicitou ao grupo municipal do PS a apresentação do voto de protesto pelo demasiado atraso no lançamento do segundo concurso para o Porto Espacial de Santa Maria, sendo o mesmo apresentado pelo senhor José de Melo. ---

--- O presidente da assembleia abriu o período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado municipal Jorge Costa, que após ter tomado a palavra referiu que pretendia intervir no período antes da ordem do dia sobre o assunto do Space Port de Santa Maria, mas na sequência do voto de protesto apresentado, achou oportuno abordar o assunto em questão. Nesse sentido, colocou a questão se o município recebeu o Diretor Regional da Ciência e Transição Digital, e se sim, qual foi o desenvolvimento dessa reunião e, considerando que a anteproposta da estratégia dos Açores para o espaço está em discussão pública, se esta inclui o Space Port. Disse ainda que se revê na preocupação do voto de protesto apresentado e, como tal, o seu sentido de voto será favorável ao mesmo, mas gostaria de saber se a presidente da autarquia tem conhecimento de alguma iniciativa do governo regional na Ilha de Santa Maria e se o município está a acompanhar o assunto ou tem sido envolvido na discussão pública nos assuntos relacionados com o Space Port. -----

--- Dada a palavra à senhora presidente da autarquia esta esclareceu que: existiu uma reunião com o Diretor Regional da Ciência e Transição Digital mas que não foi abordado o assunto em questão, mas sim outros projetos que serão desenvolvidos em Santa Maria em parceria com esta direção regional, que o governo regional não tem informado a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

autarquia sobre o andamento do processo, nem desenvolve estratégias de parceria nesse sentido, nem tão pouco tem conhecimento se o governo regional pretende levar a cabo alguma iniciativa em Santa Maria de debate público sobre a estratégia para o espaço, pois o que a câmara sabe é aquilo que é divulgado pela comunicação social. Referiu ainda que a câmara municipal irá promover uma sessão pública de esclarecimento, para os marienses, a decorrer no mês de março, pois pretende-se que sejam os marienses a contribuir na emissão do parecer a ser enviado pela autarquia ao governo regional, ressalvando que esta é uma iniciativa do município e não uma proposta de envolvimento da autarquia por parte do governo regional. -----

--- Como não se verificaram mais inscrições, foi o referido voto colocado à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

--- Após a votação pediu para intervir o deputado municipal Armando Soares, que após tomar a palavra fez uma declaração de voto, justificando o seu voto favorável pelo fato de enquanto mariense, achar exagerado que se leve quatro anos a resolver um assunto de primordial importância, quando outros países também estão a concorrer, o que revela a incompetência dos vários governos regionais. -----

--- O deputado municipal José de Melo solicitou uma intervenção para felicitar a unidade deste órgão na defesa desta causa e, aludiu que, sendo o voto apresentado veiculado pela assembleia municipal, deveria ser enviado em nome da assembleia, dando-se a respetiva relevância, com a sua divulgação pública através dos órgãos de comunicação social, sugerindo para o efeito que este fosse apresentado em conferência de imprensa. --

--- Aberto um período para esclarecimentos sobre a proposta apresentada, inscreveu-se o deputado municipal Carlos Rodrigues que defendeu que o referido voto deveria ser enviado para as instâncias nele referenciadas na forma como foi proposto, isto é, foi apresentado pelo grupo municipal do PS e mereceu a concordância do grupo municipal do PSD. -----

--- Nesta sequência pediu para intervir a deputada Rosa Melo que defendeu que sendo um assunto do interesse do povo mariense, para além do seu envio às instâncias com responsabilidade sobre a matéria, deveria ser também divulgado através da comunicação social, o mais brevemente possível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- Findas as intervenções sobre a matéria em apreço, o presidente da mesa da assembleia comprometeu-se na divulgação pública do voto apresentado, em tempo oportuno. -----

--- De seguida, foi apresentado pela senhora Rosa Melo o voto protesto sobre a interferência abusiva nos poderes e competências dos órgãos de poder local por parte da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Aberto um período para esclarecimentos, inscreveram-se os deputados Carlos Rodrigues e Eduardo Cambraia. Dada palavra ao senhor Carlos Rodrigues este defendeu que a sua posição será a abstenção por entender que o tema em questão não faz qualquer sentido, pois decorrendo de uma lei nacional é uma decisão que compete a cada município. Dada a palavra ao senhor Eduardo Cambraia este referiu que, apesar de corroborar com a opinião do senhor Carlos Rodrigues de que o assunto cabe às assembleias municipais, dentro das suas competências previstas pela lei, o princípio que está subjacente à proposta apresentada na Assembleia Legislativa Regional, é uma tentativa de ingerência nos municípios e com tal irá votar favoravelmente ao voto apresentado. -----

--- Não se registando mais intervenções, foi o referido voto colocado à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com treze votos a favor, e sete abstenções. -----

--- Passando-se de seguida a tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico o presidente da mesa, abriu o período para inscrições, no qual se inscreveram os deputados Helena Ferreira, Isidro Sousa, Filipe Teves, Eduardo Cambraia, Carlos Rodrigues, José Manuel Rodrigues, Jaime Bairos e José de Melo. -----

--- Dada a palavra à deputada Helena Ferreira, esta manifestou, em nome do grupo municipal do PSD, a sua satisfação pelo arranque das obras no pavilhão da Escola Básica e Secundária de Santa Maria, pois após vários anos à espera, finalmente concretizou-se o início das obras, pois é uma infraestrutura muito importante quer ao nível da comunidade escolar, quer ao nível da comunidade desportiva da ilha, mas lamenta algumas posições de intervenientes políticos, relativamente a execução dessa obra, dado que nunca se manifestaram sobre o assunto durante a vigência do governo regional suportado pelo partido socialista. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

--- O deputado José de Melo solicitou uma intervenção e após tomar a palavra esclareceu que o grupo municipal do PS também se congratula pelo arranque da obra, pois é uma obra extremamente necessária para a ilha e, lembrou que, sempre defenderam uma intervenção de fundo nessa infraestrutura e até defenderam, nos diversos órgãos locais, a construção de uma nova escola. Reforçou que já defendiam há muito, que numa obra de tal envergadura, se considerasse uma grande remodelação, com a ampliação do espaço do jogo, para permitir a realização de jogos oficiais, e uma reestruturação das bancadas e dos balneários, estando deste modo, ao lado das associações e dos clubes desportivos que tiveram esse almejo. -----

--- Na sequência desta intervenção foi dada a palavra à deputada municipal Helena Ferreira, que reconheceu que houve essas reivindicações ao longo destes últimos três anos só que o anterior governo não correspondeu a essas sugestões e só quando houve uma alteração de governo, é que tiveram o bom senso de ouvir as sugestões e pretensões dos diferentes agentes desportivos e fizeram as alterações possíveis para corresponder às reivindicações. -----

--- Pediu para intervir o deputado municipal Armando Soares para referir que o projeto esteve a concurso mas houve um vazio de candidaturas e só neste segundo concurso é que o governo foi alertado para as dimensões do terreno de jogo, que não correspondiam ao exigido para a prática da modalidade de andebol, e para o fato do projeto não prever o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Afirmou corroborar com as palavras da deputada Helena Ferreira quando esta afirma que foi este governo que ouviu as reivindicações dos marienses e fez alterações ao projeto inicial e também opinou que se as posições tomadas anteriormente tivessem chagado a quem de direito era provável que o governo tivesse tido o cuidado de retificar o projeto e, congratula-se pelo fato deste projeto corresponder a todas as modalidades, ao contrário da infraestrutura similar construída em Santo Espírito. -----

--- Pediu para intervir o deputado municipal Jaime Bairos para discordar da opinião de que a infraestrutura desportiva de Santo Espírito não corresponde para a prática das modalidades, pois essa infraestrutura tem as condições necessárias para a prática das modalidades e é uma mais valia para a freguesia, para as freguesias vizinhas e para a ilha,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

os clubes é que não estão disponíveis para se descolarem até àquela freguesia para treinar. -----

--- O deputado municipal Filipe Teves pediu para intervir aludindo que a infraestrutura desportiva de Santo Espírito só não tem as medidas regulamentares para jogos oficiais, mas pode libertar muito espaço nos outros pavilhões que já estão com ocupação máxima e, nenhum dos clubes, à exceção do Clube Desportivo Gonçalo Velho e o Clube Desportivo Escolar, utilizam o pavilhão de Santo Espírito para treinos. -----

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal António Isidro Sousa que questionou a presidente da autarquia sobre o ponto de situação dos trabalhos do caminho da Lapa, ao que a senhora presidente Bárbara Chaves respondeu que foi necessário encaminhar as águas desse caminho, com a limpeza e a reconstrução dos aquedutos e das passagens hidráulicas existentes e com a construção de mais aquedutos. Mais informou que por enquanto a estrada está em areão e que em princípio na próxima semana estará concluído o troço desde a Calheta até aos tanques de lavoura. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu de seguida a palavra ao deputado Filipe Teves que enalteceu a autarquia pela regularização das alterações da sinalização da Urbanização Ilha do Sol e, solicitou esclarecimentos sobre as pinturas da ciclovia, dado que na estrada do meio estava pintada com cor avermelhada e na estrada de cima não tinha sido pintada, estando na cor do pavimento, e sobre o ponto de situação da obra em questão. -----

--- Dada a palavra à presidente da autarquia esta informou que houve nova solicitação para a prorrogação do prazo da conclusão da obra, devido a outros trabalhos paralelos que tem que ser realizados, nomeadamente a remodelação da rede da EDA, na avenida de Santa Maria, e que as pinturas da ciclovia estão conforme o projeto. Em relação aos sinais de trânsito da Urbanização Ilha do Sol, lembrou que foi entendimento deste executivo manter as vias internas desse bairro residencial com dois sentidos, correspondendo aos anseios de muitos moradores da zona, cuja intenção já tinha sido comunicada na anterior sessão da assembleia. -----

--- Foi dada de imediato a palavra ao deputado municipal Eduardo Cambraia que interpelou a senhora presidente a solicitar esclarecimentos sobre os serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

complementares adquiridos pela autarquia na obra da ciclovia e alertou para a falta de sinalização vertical, em várias artérias do aeroporto, nomeadamente na saída dos bairros. Alertou ainda o referido deputado municipal para o mau estado do piso das estradas que, em sequência da implementação da ciclovia, são fundamentais para a mobilidade dos moradores do Aeroporto, nomeadamente, a Rua de Ponta Delgada, parte da Rua de Valverde, a Rua Praia da Vitória, a Rua Angra do Heroísmo e a Rua da Ribeira Grande e para quando a sua recuperação. -----

--- Em resposta a presidente Bárbara Chaves, explicou que os referidos serviços complementares correspondiam à assistência técnica, na área da fiscalização, pois devido à reprogramação da empreitada, tal é exigido, por terem fundos comunitários associados à mesma. Esclareceu ainda que a falta de sinalização vertical nas ruas enunciadas prende-se com o atraso da chegada à ilha dos respetivos sinais de trânsito, mas que tal será resolvido em breve. Quanto à requalificação das vias mencionadas, esclareceu a senhora presidente que não será possível intervencionar de imediato em todas elas, mas que gradualmente irão proceder à respetiva recuperação, mas que a prioridade era a intervenção na estrada de Azenha. -----

---Tomou a palavra o deputado Eduardo Cambraia, para retorquir que, mesmo respeitando as opções tomadas em relação à recuperação de outras estradas, deve-se dar prioridade às estradas do aeroporto onde em algumas zonas estão em mau estado. -----

--- Na sequência desta intervenção solicitou a palavra o deputado municipal António Isidro Sousa para refutar o que tinha sido proferido, pois no seu entendimento, a conclusão da estrada do lugar da Azenha é prioritária em relação às estradas do Aeroporto, visto ser um caminho de terra batida, num estrado de degradação extremamente acentuado e onde há pessoas a passar lá todos os dias. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu a palavra ao deputado municipal Carlos Rodrigues que questionou sobre a situação do projeto da Direção Regional da Habitação, que contemplava a recuperação dos bairros do aeroporto, incluindo as respetivas estradas. -----

--- Foi dada a palavra à presidente Barbara Chaves que informou que tem conhecimento que houve algumas alterações a esse projeto, nomeadamente ao que diz respeito aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

contadores de água, que serão divididos pelas casas em vez de ser por bairros. Mais informou que tem conhecimento que os bairros que serão alvo de intervenção são o Bairro de São Pedro, o Bairro Infante Dom Henrique e o Bairro Operário. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu a palavra ao deputado José Rodrigues, que solicitou informações sobre a estratégia local da habitação, para a aplicação das verbas no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, nomeadamente se já havia famílias identificadas, e qual o ponto de situação da aquisição de casas, ao abrigo do primeiro direito. -----

--- Em resposta a presidente Bárbara Chaves informou que o levantamento está feito, faltando apenas completar uma das cinco freguesias e esclareceu ainda que há a possibilidade de haver famílias que não sejam abrangidas, por já terem tido apoio dos programas do governo regional. Mais informou que em relação às casas, não existe ainda nenhuma adquirida, mas que o procedimento de aquisição encontra-se em andamento. --

--- De seguida, o presidente da assembleia, deu a palavra à deputada Rosa Melo, que questionou a presidente da autarquia, sobre formação profissional ao nível de restauração e hotelaria e questionou ainda sobre o ponto de situação do estacionamento na Praia Formosa, da zona da raquete para a frente. A deputada municipal Rosa Melo terminou a sua intervenção solicitando informação sobre se a estrada de Malbusca, perguntando se ainda estava dentro do prazo de garantia, no sentido de responsabilizar a empresa que executou a obra pelos “abatimentos” que se verificaram no pavimento. -----

--- Em resposta, a presidente Bárbara Chaves elucidou que a promoção de formação profissional, em hotelaria e restauração, não é competência da autarquia, no entanto, esta irá apoiar formação no local de trabalho, em contexto laboral, no sentido de se verificar uma efetiva melhoria dos serviços prestados nessas áreas. Quanto à questão do estacionamento na Praia Formosa, há a possibilidade do fecho da marginal durante os meses de verão, excetuando os moradores da zona ou os campistas, mas que estão também a estudar várias alternativas e que quanto à estrada de Malbusca informou que a mesma se encontra na garantia, mas o problema ocorrido, que foi um deslizamento da encosta, não está abrangido pela mesma. Informou ainda que o CIVISA está a realizar uma análise da instabilidade no talude, podendo haver uma alteração ao plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

pormenor da Praia Formosa, condicionando a autorização de construções de novas moradias. -----

--- De seguida o presidente da assembleia deu a palavra ao deputado Jaime Bairos, que solicitou esclarecimentos sobre os moldes da presença e da deslocação à diáspora a realizar brevemente. -----

--- Em resposta, a presidente de câmara, informou que o município recebeu o convite para estar presente no X Convívio Mariense e, como tal, far-se-á representar, e também irá apoiar, com duas passagens aéreas, a deslocação de um grupo de teatro de revista, que irá animar o jantar do referido convívio. Pretende-se, no entanto, aproveitar a mesma deslocação, para promover a ilha e para reunir com organizações e instituições e meios de comunicação da diáspora, cujo programa está a ser ultimado. -----

--- De seguida foi dada a palavra, pelo presidente da assembleia, ao deputado José de Melo que questionou se há intuito de reavivar os protocolos existentes de vilas irmãs, entre Hudson e Vila do Porto, e solicitou esclarecimentos sobre a situação atual da recuperação do Forte de São João Batista, na Praia Formosa, frisando que, sendo este um imóvel de interesse municipal, o grupo municipal do Partido Socialista não irá deixar cair as reivindicações feitas anteriormente. Informou que, devido às intempéries, ocorreu a queda de um muro na escola de Almagreira e questionou quais os procedimentos que irão ser tomados em relação a essa matéria. Pediu ainda esclarecimentos sobre os moldes da participação do município na BTL e por fim questionou sobre a posição da autarquia em relação ao DR 12/2006, sobre o abate de animais saudáveis em canis, referindo que é uma falta de respeito pelo bem-estar animal, e como pensa a autarquia resolver a situação do crescimento de ervas na calçada das ruas de Vila do Porto, quanto está proibida a utilização de glifosatos herbicidas. -----

--- Em resposta, e após tomar a palavra, a presidente Bárbara Chaves, informou que a câmara pretende atualizar os protocolos existentes sobre a gemação de vilas irmãs com Vila do Porto, por forma a haver maior atividade cultural e de promoção turística entre essas vilas. Referiu que para além dos protocolos existentes estão a desencadear esforços no sentido de protocolar também com um município em São Luís do Maranhão, no Brasil, pelas razões históricas da relação da fundação desse município com Santa Maria. Em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

relação ao Forte de São João Batista, informou que não existem desenvolvimentos do processo e que quanto ao muro da escola de Almagreira a câmara já tem conhecimento da ocorrência e que irá ser reparado. Continuando em resposta ao deputado José de Melo, a presidente da autarquia informou que não concorda com o DR 12/2006 e que não será aplicado em Santa Maria, visto que o canil de Santa Maria é um canil de não abate, estando já a ser realizadas obras para o melhoramento do mesmo. Em relação à participação na BTL, informou que Santa Maria irá estar representada no pavilhão Açores, cuja despesa será suportada pelas receitas do jogo instantâneo, respeitando o acordo assumido pelo anterior executivo. Na BTL, o município irá ter pendrives com flyers e informações da ilha para distribuição e irá também disponibilizar óculos 3D para os visitantes visionarem três filmes de promoção de Santa Maria, um sobre os fósseis, um sobre as atividades marítimo turísticas e o terceiro sobre percursos de BTT. Em relação à não utilização do glifosato, o município encontra-se a estudar alternativas que passam, por exemplo, pela monda térmica. -----

--- Na sequência dos esclarecimentos prestados pediu para intervir o deputado Armando Soares que, após tomar a palavra, questionou sobre o porquê do município não ter um stand próprio na BTL e qual a adesão das empresas marienses nessa feira, pois defende que se deve mudar o paradigma da participação nessa feira, devendo a câmara apostar num stand próprio. Alertou ainda que a “Sineira do Anjos” também carece de atenção, por ser um património único da ilha, pois “foi ali que tudo começou”. -----

--- Em resposta ao deputado municipal Armando Soares, a presidente da autarquia, referiu que concorda com a preocupação relativa à “Sineira do Anjos” e que no futuro a autarquia irá considerar a hipótese de ter um stand próprio na BTL, mas que este ano a sua participação será da forma explicada anteriormente respeitando os compromissos assumidos. -----

--- Terminado o período antes da ordem do dia passou-se de imediato para o período da ordem do dia, cujos assuntos em edital foram lidos pelo secretário da mesa José Chaves, bem como o parecer da comissão da análise prévia, que junto se anexa a esta ata. -----

--- No ponto um da ordem de trabalhos, informação escrita da presidente da câmara municipal acerca da atividade municipal, situação financeira e informação dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica aprovada pela assembleia municipal na quarta sessão ordinária de 28/12/2021, no âmbito da Lei dos Compromissos, foi dada a palavra a senhora presidente para algum esclarecimento adicional, para além da informação que já foi dada a conhecer, ao que esta referiu que que não tinha nada a acrescentar. -----

--- Foi de imediato aberto um período para pedido de esclarecimentos, no qual se inscreveram os deputados Carlos Rodrigues e Armando Soares. -----

--- O presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao deputado Carlos Rodrigues que começou por esclarecer, novamente, que o stand na BTL resultou do acordo com a Associação de Municípios da Região dos Açores, sendo este suportado pelas verbas do jogo instantâneo. Continuou a sua intervenção refutando as declarações dos deputados do PS, eleitos por Santa Maria à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sobre o PO2030, não sendo verdade quando dizem que os municípios não foram ouvidos, pois foi solicitado um parecer, pela AMRAA, sobre áreas prioritárias dos municípios a serem apoiadas por fundos comunitários. -----

--- Em resposta, a presidente Bárbara Chaves disse que desde que tomou posse, os municípios não foram “ouvidos” sobre a distribuição dos fundos comunitários e, se o governo regional tem conhecimento das propostas anteriormente emanadas pelos municípios, depreende-se então que tal não foi considerado na proposta apresentada. ----

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado municipal Armando Soares que solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do projeto do caminho velho do cais e se este irá ser apoiado por fundos comunitários, ao que a presidente da autarquia elucidou que se está a aguardar resposta se o mesmo terá enquadramento nesses apoios. -----

--- Passou-se de seguida ao ponto dois da ordem de trabalhos, atualização e prorrogação de medidas municipais de mitigação dos efeitos provocados pelo Covid-19, no qual foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta informou que não tinha nada a acrescentar. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado municipal José de Melo, que após tomar a palavra, enalteceu o município pela cedência dos testes rápidos às empresas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

prestando assim um apoio às mesmas, pois não tiveram que suportar os custos de aquisição dos referidos testes. Como não se verificaram mais inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- No terceiro ponto da ordem de trabalhos, proposta de normas regulamentares de emergência – medidas excepcionais – apoios a mitigar os efeitos do Covid-19, foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta informou que não tinha nada a acrescentar. O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, mas como não se verificaram inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Passando-se de imediato ao quarto ponto da ordem de trabalhos, regulamento de apoio à natalidade e infância – proposta de revogação, foi dada a palavra à presidente da autarquia para esclarecimentos adicionais, para além da informação já disponibilizada sobre o assunto em apreço, ao que esta informou que o executivo camarário apresenta esta proposta porque teria que haver uma alteração do regulamento existente, dado que este prevê que possam ser canalizados apoios cujas verbas podem ascender até ao valor máximo do orçamento da autarquia, o que não faz qualquer sentido e, curiosamente não abrange todas as crianças do município. Disse ainda que segundo parecer técnico jurídico, no que diz respeito aos procedimentos administrativos, tem que se proceder à revogação deste regulamento para ser possível aprovação de um novo documento que regule essa matéria. -----

--- O presidente da assembleia, abriu o período para esclarecimentos, no qual se inscreveu o deputado municipal armando Soares, que após tomar a palavra referiu que esta situação tinha sido alvo de grande reflexão na comissão de análise prévia e mostra-se muito preocupado com a apresentação da proposta de revogação do regulamento, em vez de uma proposta de revisão do mesmo, pois tal revogação provocará um vazio de regulamentação sobre essa matéria até a aprovação do próximo regulamento, cuja consequência será o não assumir as despesas com as subvenções existentes. Referiu ainda que tem conhecimento de uma subvenção de cerca de quatrocentos e noventa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

euros que, ao abrigo desta proposta, deixa de ser paga, e como tal não concorda com a revogação, mas sim com a revisão do supracitado regulamento. -----

--- De seguida, o presidente da assembleia deu a palavra à presidente Bárbara Chaves, que reiterou os pressupostos para a revogação do regulamento existente, afirmando ainda que não se pretende uma simples alteração do regulamento, visto que a nova proposta será completamente diferente. A nova proposta está na fase final da sua elaboração e na próxima reunião de abril será apresentada à Assembleia Municipal. Justificou ainda que não revogando o regulamento existente, antes de apresentar na assembleia municipal novo regulamento, provocaria o risco, de ter dois regulamentos em vigor ao mesmo tempo, sobre a mesma matéria, o que não pode acontecer e assumiu ainda que, durante o tempo que medeia entre a revogação do atual regulamento e a aprovação do novo, ninguém ficará sem o respetivo apoio. -----

--- No seguimento desta intervenção, solicitou a palavra o deputado Eduardo Cambraia para alvitrar que, na sua opinião, não seria necessária a revogação do regulamento, mas sim uma proposta de alteração do regulamento. -----

--- De seguida foi dada a palavra ao deputado Armando Soares que reiterou não estar de acordo com a proposta de revogação, justificando que que irá haver um vazio na atribuição de verbas e, como tal, vai cair o pagamento da subvenção que referiu anteriormente. -----

--- Pediu para intervir a deputada municipal Rosa Melo, que após tomar a palavra, justificou a sua posição na reunião da comissão de análise prévia. por não se sentir confortável em assumir uma posição favorável à proposta por pensar que tal provocaria um vazio na atribuição dos apoios. Mas, após as explicações dada pela presidente da autarquia e, havendo a garantia que ninguém será preterido na fase que medeia entre a revogação deste regulamento e a aprovação do novo, então é preferível, revogar o regulamento existente e elaborar outro que abranja todas as crianças do município e que limite um teto máximo de apoios a atribuir, pois não faz sentido o elenco camarário, a quem compete gerir o orçamento do município, ficar condicionado a um regulamento por ele próprio elaborado. Como não se verificaram mais inscrições, foi colocada a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por maioria, com os onze votos a favor do grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

municipal do Partido Socialista, e nove contra do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

--- Passando-se de imediato ao último ponto da ordem de trabalhos, proposta de abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público, foi dada a palavra à senhora presidente da autarquia, Bárbara Chaves, para prestar esclarecimento adicionais sobre o assunto em apreço, para além da informação já remetida, ressaltando a referida presidente a abertura de uma vaga para um técnico de desporto a termo incerto, visando a substituição do atual técnico, que está atualmente a desempenhar funções na delegação de desporto da ilha. Não havendo mais intervenções foi o documento em apreço sujeito á votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

-- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

-- Eram treze horas quando o presidente da mesa deu por encerrada a sessão. -----

-- Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, José Manuel Torres Medeiros de Chaves, primeiro secretário da mesa a redigi, após ter sido a mesma discutida pelos intervenientes foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada por mim e pelos membros da mesa de assembleia. -----



